

Sea Dogs

“Na *Iliada*”, conta Jean Pierre Vernant (2009), “por duas vezes o poeta atribui a Oceano e a Tétis títulos que os qualificam como par divino primordial”. Oceano é, assim, concebido como a origem dos Deuses, “de todas as coisas e de todos os seres”, e Tétis sua mãe. Vernant atenta para o fato de que o elemento líquido tinha, para os gregos, valor primordial: “a fluidez e a ausência de forma predispõe-na em primeiro lugar a representar o estado original do mundo onde tudo estava uniformemente diluído e confundido em uma mesma massa homogênea”. Mas Oceano e Tétis não se calam após o momento primordial de criação: “eles continuam a existir no universo organizado, mas foram relegados a suas fronteiras, rechaçados para seus limites extremos”. Separados um do outro, Oceano e Tétis não “dormem mais juntos, o que é uma forma de dizer que sua atividade de geração acabou”. A terra havia encontrado forma e estabilidade, deixando para trás o caos disforme de sua origem. Mas, para Vernant, a reclusão de Oceano e Tétis nas margens do mundo não fazem cessar sua função estabilizadora: “Nas extremidades do cosmos, Oceano determina os *peírata gaíes*, os limites da terra, e estes são concebidos como laços que mantêm o universo unido”. Oceano evoca a imagem de um rio circular que fecha em laço as fronteiras do mundo, que confere forma, que o delimita. Somente então a história dos Deuses e das coisas pôde começar.

Mas para além do mito cosmogônico, a função do *peírata*, da imposição de limites, de *charassein* (Schmitt, 2014), teve impacto profundo no ordenamento jurídico europeu. Para Grotius, por exemplo, a condição prístina da humanidade foi rompida pela primeira vez quando alguns homens tomaram para si pedaços de terra, pois “não era permitido [até] então distinguir os campos ou separá-los por limites” (Grotius, 2005. p. 313). Mas com o crescimento populacional, a separação com cercas e muros tornou-se mais importante e deu origem à propriedade. “Esse estado poderia ter durado se os homens se tivessem conservado numa grande simplicidade de costumes¹ ou se tivessem vivido na

¹ Grotius compara diretamente este estado de grande simplicidade de costumes a “certos povos da América que, durante vários séculos, persistiram sem inconvenientes nesta forma de viver”

prática de mútua e perfeita caridade” (Ibid.). Mas não foi esse o caso. As linhas fixas do solo lavrado e trabalhado pelo homem tornaram manifesta a partição da terra. É neste sentido que Schmitt atribui a terra o título de “mãe do direito”; é por que nela ficam gravadas as ações dos homens, e por que nela é possível repartir, limitar, fixar. A tomada de terra é, portanto, um ato jurídico constitutivo de direito (Schmitt, 2014).

Inversamente, o mar, Oceano, ao dar limites a terra, Gaia, ao servi-la como *peirata*, dela se abstém, exilando-se em suas margens, ocupando-se somente da atividade constitutiva de impor-lhe os contornos. Para o renomado jurista holandês, isso faz com que o mar seja inerentemente livre, no sentido de que não se pode, nele, constituir coisa alguma. Em primeiro lugar, porque o mar é vasto o suficiente para acolher em seu abraço fértil os desejos de todos os homens. A escassez que motivou a humanidade à repartição da terra não se aplica ao Oceano. Mas “há também uma razão natural que se opõe a que o mar [...] seja tomado como propriedade pessoal por alguém; é que a ocupação só tem lugar em matéria de coisas limitadas” (Grotius, 2005. p. 316). É o Oceano que circunda a terra e lhe confere limites, não o contrário. “A água não é circunscrita por limites, elas não podem ser objeto de ocupação, a menos que estejam contidas em outra coisa, como por exemplo os lagos”, bem como os rios ou qualquer outro corpo de água que seja limitado pela terra. É pelo mesmo motivo que Pufendorf dirá, ao fim do século XVII, que “o método original de adquirir propriedade de muitas coisas é apenas a *primeira tomada de posse*, ou a primeira ocupação”. Mas para que se possa tomar para si as terras vazias e desoladas, deve-se fazer com que sejam cultivadas, que se determinem “*limites* de até onde se propõe a ocupá-las” (Pufendorf, 2007. p. 201)².

Terra firme, mar livre. Constituiu-se assim a divisão elemental que serviu de base, segundo Schmitt (2014), para o direito público europeu dali em diante. De um lado, “toda terra do planeta ou é território estatal de Estados europeus [...] ou é terra ainda livremente ocupável”, isto é, passível de colonização. De outro, o mar

(Grotius, 2005. p. 310).

² Cabe lembrar aqui das palavras debochadas de Rousseau, para quem “o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo” (Rousseau, 1999). Não estava nem um pouco longe da verdade.

permanecia fora do ordenamento jurídico terrestre não podendo ser tomado por quem quer que seja. O Oceano “se apresenta, em relação a todos os Estados, como única superfície espacial livre e aberta para o comércio, para pesca e para o livre exercício da guerra marítima e do direito do butim” (Ibid. p. 183). Para Schmitt, a partir do século XVII, e, mais precisamente, a partir da Paz de Utrecht (1713), a Inglaterra viria a se tornar a “portadora do âmbito marítimo universal de uma ordem global eurocêntrica, a guardiã daquele outro lado” do direito público europeu.

Neste capítulo, abordamos duas obras, *Drake Revived*³ e *World Encompassed*⁴, publicadas respectivamente em 1626 e 1628, referentes a duas expedições realizadas por Francis Drake. Ambos os textos aos quais nos referimos neste capítulo vieram a público décadas após a morte do navegador e são chamados à ação. Sua intenção era a de rememorar o que Drake fizera emprestando aos fatos colorações de heroísmo e bravura anti-espanhola, cada qual a seu modo. *Drake Revived* e *World Encompassed* apareceram na Inglaterra em um contexto de franco descontentamento com a política de apaziguamento que Jaime I e Carlos I levaram adiante em relação à Espanha⁵.

Queremos sugerir que a transição inglesa para sua existência marítima, a constituição de sua identidade naval, em oposição às potências primordialmente terrestres da Europa, não aconteceu de modo claro e inequívoco. Tratou-se, na realidade, de uma longa negociação que se arrastou desde que a Inglaterra, pela primeira vez, decidiu opor-se à hegemonia espanhola nos oceanos. A justaposição dos dois relatos de Drake, *Revived* e *World Encompassed*, acreditamos, revela a tensão inglesa no que tange o binômio terra firme, mar livre. Enquanto a narrativa de *Drake Revived* remete à recusa da fixidez terrestre em favor da fluidez e do movimento, vemos em *World Encompassed* o inverso, um discurso jurídico de tomada de terra e descobrimento.

³ Drake, 1653.

⁴ Drake, 1854.

⁵ Ver Capítulo 6

4.1.

Movimento e descobrimento

Os feitos marítimos de Drake são bastante famosos. Mas ao contrário da farta documentação que existe, principalmente na forma de relatos de navegações redigidas por companheiros de viagem, a vida pregressa de Francis Drake é pouco conhecida. Sabe-se que nasceu em torno do ano de 1544, em uma família abastada das regiões rurais de Devonshire e que guardava algum grau de parentesco com figuras importantes da aristocracia comercial de Plymouth, em especial John Hawkins. Seu pai, Edmund Drake, era protestante fervoroso em um momento da história inglesa em que o discurso religioso era causa de vida e morte. A vida de Francis Drake foi marcada pela disputa religiosa desde a tenra infância, e teve a sorte de ver a maré ideológica/religiosa virar ao seu favor ao longo de sua vida. (Corbett, 1907)

Após a ascensão de Elisabeth I ao trono Inglês, em 1558, as relações políticas e religiosas com a Espanha católica tonaram-se insustentáveis. Apesar de não apoiar abertamente as incursões de navegadores ingleses para além da linha de Tordesilhas, Elizabeth I pouco fazia para dissuadir aqueles que assim desejavam. Longe dos olhares católicos, a rainha da Inglaterra patrocinava excursões de aventureiros que desejavam disputar o monopólio de Felipe II nas Américas. Desta feita surgiram nomes como John Hawkins, Walter Raleigh, Frobisher, Cavendish, Francis Drake, entre outros.

John Hawkins foi o primeiro navegador Inglês a cruzar o Atlântico em claro desafio à hegemonia espanhola⁶. Suas expedições, assim como seriam as de Drake, foram financiadas por particulares, inclusive pela pessoa particular da rainha, para fins igualmente particulares de conseguir lucro para si próprio e para seus investidores. Se as disputas religiosas entre católicos e protestantes certamente serviram como combustível ideológico e justificativa moral dos “*sea dogs*” elizabetanos, o patriotismo tradicionalmente associado a estes navegadores

⁶ Quando John Hawkins realizou sua primeira viagem para as Américas, Franceses e Holandeses já infernizavam a vida dos espanhóis e portugueses há décadas. Mas ao contrário dos franceses e holandeses, as incursões de Hawkins tiveram o intento de estabelecer relações comerciais com as colônias estabelecidas na América espanhola, não o de fundar colônias em terras extramarinas.

foi certamente uma invenção *à posteriori*. Seja como for, em expedições comerciais, como foram as de John Hawkins, ou em empreitadas de vingança privada, como as viagens posteriores de Drake, a violência e o comércio andavam sempre de mãos dadas e eram vistas como atividades legítimas e moralmente aceitáveis. A pilhagem simplesmente fazia parte do “modo de produção” da época; ao retornar para casa, o butim era repartido entre respeitáveis investidores do mesmo modo como seria feito com o lucro oriundo de uma empreitada comercial ordinária.

Hawkins foi uma inspiração para Drake. Em 1562 realizou sua primeira empreitada com sucesso: vender escravos capturados na costa da África para as *plantations* estabelecidas na América espanhola. Retornou à Inglaterra um homem rico e notícias de seu feito logo se espalharam. Na segunda viagem, em 1564, Hawkins repetiu o feito, desta vez com mais navios sob o seu comando, tendo a própria Rainha como investidora. Elizabeth licenciou o navio real *Jesus of Lubeck* como sua parte no investimento. Assim como da primeira vez, Hawkins encheu seu navio de “carga” na costa africana para vendê-la em *Tierra Firme*, na costa caribenha da América Central. Mas ao contrário de sua primeira viagem, desta vez Hawkins encontrou resistência nos assentamentos espanhóis que visitou. A venda teve de acontecer sob o zunido de balas de canhão disparadas mutuamente. A segunda viagem foi ainda mais lucrativa que a primeira.

A terceira expedição de Hawkins deixou o porto de Plymouth em 1566, mas ele próprio não estivera embarcado desta vez. Em seu lugar estava o comandante John Lovell e, como membro da tripulação, Francis Drake. A ideia era a mesma das anteriores; vender escravos capturados na costa da África para o lucrativo mercado da América espanhola. Desta vez, porém, a expedição angariou sua mercadoria ao atacar e capturar navios negreiros portugueses. Após vender a carga, Lovell e Drake retornaram a Plymouth.

Um mês após o retorno da frota à Inglaterra, Hawkins embarcou novamente, desta vez em companhia de Francis Drake, que havia provado sua utilidade na viagem anterior. A quarta expedição, a maior até então, contou com dois navios reais, licenciados pela rainha; o *Jesus of Lubeck* e o *Minion*, e mais três navios de menor porte. A expedição não teve tanto sucesso quanto as anteriores na costa africana.

Hawkins recorreu ao método de Lovell e decidiu capturar navios negreiros portugueses como forma de completar a carga necessária para tornar a empreitada lucrativa. Não é preciso dizer que o ataque aos navios portugueses era um simples ato de pirataria. Mas isso pouco importava. Após vender a carga no continente americano, uma violenta tempestade atingiu a frota. O *Jesus of Lubeck* ficou seriamente avariado necessitava de reparos para poder completar a viagem de volta com segurança. Como estava em águas espanholas, inimigas, portanto, o comandante decidiu atacar a cidade de Vera Cruz, guardada pelo forte de *San Juan de Ulúa*, para ali fazer os reparos necessários.

A tomada do forte aconteceu com facilidade, pois a guarda confundiu a esquadra de Hawkins com navios espanhóis e não impôs resistência. Já de posse do local, Hawkins conseguiu a informação de que uma frota de tesouro espanhola era esperada para chegar alguns dias depois. Impossibilitado de deixar o porto devido às avarias em seus navios e visando a oportunidade de pilhar aquela mesma frota de tesouro espanhola prevista para aportar, Hawkins decidiu esperar por ali mesmo. Dois dias mais tarde, quando os navios espanhóis chegaram ao porto de *San Juan de Ulúa*, depararam-se com os ingleses em posse do local. Diante do impasse, ingleses e espanhóis estabeleceram uma trégua que nenhum dos lados pretendia cumprir. Ao anoitecer, as forças espanholas romperam a trégua antes que Hawkins fizesse o mesmo. A expedição de Hawkins foi forçada a fugir desesperadamente com graves perdas.

Esta história certamente tem versões para todos os gostos, mas, do ponto de vista de Hawkins e Drake, a atitude dos espanhóis foi traiçoeira e marcou severamente a memória dos comandantes. Em fuga desesperada, apenas dois navios da frota de Hawkins conseguiram escapar; o *Minion* e a pequena *Judith*, agora comandada pelo próprio Drake.

A “traição” de *San Juan de Ulúa* foi decisiva. Enquanto Hawkins não retornaria mais aos mares caribenhos contentando-se em reclamar diretamente a rainha contra a “traição” que havia sofrido, Drake decidiu agir por si próprio para buscar reparações ao mal que supostamente havia sofrido. Dali em diante, Drake tomaria a guerra contra os espanhóis como uma causa íntima. Seus feitos ficaram conhecidos por todos os cantos; sua bravura reconhecida pela rainha Elizabeth

que, alguns anos depois, o sagrou cavaleiro; na Espanha, El Drake inspirou poemas de ódio e medo e sua derrota final foi cantada em La Dragontea como um épico patriótico (Gerasi-Navaro, 1999).

Drake realizou diversas viagens após o incidente em *San Juan de Ulúa*, e, de forma geral, podemos dizer com segurança que o ódio aos espanhóis e aos “papistas” é um tema constante em suas jornadas. Algumas destas viagens são bem conhecidas e relatadas; outras encontramos apenas menções esporádicas em cartas ou relatos diversos. Após a “traição” em *San Juan de Ulúa*, Drake realizou algumas viagens de reconhecimento das quais temos pouca informação. Sabemos da existência delas apenas porque são lateralmente mencionadas em relatos de viagens posteriores, como o relato *Sir Francis Drake Revived* que analisaremos adiante. Este relato/viagem trata do assalto à cidade de *Nombre de Dios* realizado por Drake manifestamente por conta de um desejo de vingança a maus feitos anteriores. No relato, não há indicação sobre quais “maus feitos” seriam estes, mas parece bastante seguro afirmar de que se trata, efetivamente, da “traição” de *San Juan de Ulúa*. Olharemos este relato mais de perto adiante.

A viagem seguinte de Drake, e a que lhe rendeu fama ainda maior, foi a circunavegação do globo, relatada em *World Encompassed*, que será abordada em mais detalhes ainda neste capítulo. Por enquanto, basta-nos descrever ligeiramente os acontecimentos.

Nas últimas décadas do século XVI, a travessia atlântica já não era mais um mistério como fora cem anos antes para Colombo. Tratava-se de uma viagem relativamente segura, se feita sob as corretas circunstâncias, com os devidos cuidados de abastecimento, manutenção do navio, proteção, etc. Não era por menos. A costa atlântica das Américas eram visitadas constantemente por contrabandistas (assim como fora Hawkins) franceses, holandeses e ingleses a despeito das reclamações espanholas de exclusividade de navegação para além da linha de Tordesilhas. Para a Espanha, isso significava que as frotas reais que transportavam o ouro e a prata das colônias para a metrópole deveriam ser bem resguardadas contra possíveis ataques de piratas. Os galeões de tesouro, lentos e pesados, organizavam-se em comboios para fazer a travessia em segurança e, de fato, um ataque frontal a estas embarcações não era tarefa simples.

O oceano Pacífico, por sua vez, encontrava-se protegido pela própria geografia do continente; apenas Fernão de Magalhães havia, até então, conseguido realizar a travessia por mar de um lado a outro do continente pelo estreito que liga os dois oceanos. Naquela região, ventos contrários impediam o avanço das embarcações à vela e o frio matava lentamente a tripulação. As condições eram precárias e, por este motivo, poucos navegadores se dispunham a realizar a façanha outra vez. A salvo dos ataques dos franceses e ingleses, os espanhóis se acostumaram a fazer o transporte dos metais extraído nas minas de Potosí pelo Pacífico até a costa ocidental do Panamá. De lá, a carga era transportada por mulas até os portos da costa oriental. Somente então a carga seguia para a Espanha devidamente protegida pelos comboios de galeões reais.

Em 1577, sabendo desta fragilidade, Drake partiu em uma expedição visando atacar a desprotegida costa pacífica da América, pilhar os navios carregados de prata peruana e evitar o confronto direto com os bem armados galeões de tesouro espanhóis que cruzavam o Atlântico. Para retornar à Europa, Drake completaria a volta ao globo, no que talvez tenha sido a história de roubo e fuga mais espetacular até hoje. Quando retornou de sua viagem, Drake foi condecorado pela rainha no deque de seu próprio navio, o *Golden Hind*. Dali em diante, o pirata Francis Drake passou a servir à rainha oficialmente. O pirata havia se tornado um *privateer*.

Após a circunavegação, Drake realizou outros feitos navais à serviço da coroa Inglesa. Notadamente, em 1585 comandou um assalto a diversas cidades na América espanhola causando grandes perdas materiais para Filipe II, e três anos mais tarde comandou o assalto fulminante à Armada Invencível, evento que pôs um fim à hegemonia espanhola no oceano Atlântico. Em 1595, após uma tentativa fracassada de novo ataque no Caribe, Drake morreu no mar por conta de uma disenteria.

Não é nosso objetivo contar integralmente a história de Drake. Nosso interesse, neste capítulo, resume-se as duas viagens iniciais de Drake, a relatada em *Drake Revived* e a circunavegação em *World Encompassed*. E é para elas que nos voltamos agora.

4.2.

O paladino da não-possessão

Em *Possessões Maravilhosas*, Stephen Greenblatt (1996) diz que se interessou, de início, “pelas *Viagens de Mandeville* simplesmente como um plano de fundo para entender Colombo”⁷. Porém, nos conta o autor adiante, “o plano de fundo recusava subordinação ao primeiro plano”. As histórias de Mandeville tinham vida própria, “suas próprias reivindicações” que não só diferiam daquelas de Colombo como também caminhavam de forma quase oposta às do descobridor genovês. Se Colombo queria apossar-se de tudo que via, em nome de si próprio, de deus e da Coroa, Mandeville, por sua vez, manifesta um dever de renúncia material em virtude da fé. Para Greenblatt, “Sir John Mandeville torna-se o paladino da não-possessão no curso de suas viagens”.

Quando decidimos nos debruçar sobre os relatos de Francis Drake, não imaginávamos fazer dele um dos personagens principais desta tese. Nosso interesse era outro; Queríamos compreender como os criminosos que “desgraçam a raça humana” compreendiam e relatavam o universo ao seu redor e de que modo suas histórias – amplamente lidas e apreciadas em seu próprio tempo - moldaram um entendimento alternativo da Europa e seu lugar dentro da nova consciência planetária que havia se formado após os descobrimentos. Tanto Greenblatt como Todorov (2010) e Louise Pratt (1999) já haviam falado sobre os relatos de viagens de descobridores, conquistadores, naturalistas e viajantes europeus de forma abrangente e instigante, mas não sobre piratas. Quanto a estas figuras, a maior parte dos autores tende enxergar a pirataria como uma curiosidade, uma anomalia dos séculos XVI e XVII que logo viria a passar⁸. Isso não significa que seus trabalhos são pouco interessantes. Pelo contrário. As histórias de piratas são fascinantes e certamente merecem ser contadas. Mas, em nosso caso, queríamos ler estas histórias não como peças sobressalentes de um quebra-cabeça histórico, mas como elementos centrais para constituição do mundo político contemporâneo.

⁷ Greenblatt, 1996. Todas as aspas terão esta referência até aviso do contrário.

⁸ Algumas das abordagens das quais discordamos, porém relevantes podem ser encontradas em:

As viagens de Drake serviriam a nós assim como Greenblatt imaginou em um primeiro momento que as *Viagens de Mandeville* serviriam a ele; como um plano de fundo, como uma contextualização histórica que tangencia o elemento central, mas não chega a tocá-lo. Seria apenas um modo de se chegar ao assunto, mas sem nele adentrar.

Nossa preocupação não era em vão. Drake não foi um pirata⁹ ordinário. Ainda que grande parte de seus feitos sejam hoje universalmente reconhecidos como atos ilegais de pirataria, há pelos menos dois elementos que o colocam como um caso *suis generis*. Em primeiro lugar, Francis Drake é um herói nacional. Não se trata aqui de um bandido cujas histórias sabemos apenas por ouvir dizer, ou pelo que os registros criminais nos contam. Drake foi uma figura famosa em seu próprio tempo e que não precisou esperar a morte para virar herói¹⁰. Drake, ao contrário de muitos daqueles que tripularam os navios piratas da “era de ouro” (1690 - 1730)¹¹ não vinha de uma família pobre, não partiu para o mar porque não havia outra opção, não fora um proletário do mar, não o fez por pura necessidade material, por desejo de sobrevivência; fê-lo por conta própria, a partir das oportunidades que criou, herdou e nutriu ao longo dos anos. E, o mais importante, Drake não fez o que fez por conta da pura sorte, mas porque tinha contatos com a aristocracia comercial protestante de Plymouth (Corbett, 1907). Porque as cisões criadas pelas guerras de religião europeias, especialmente em países de maioria protestante, como a Inglaterra, deram os motivos passionais necessários para empreendimentos do tipo (Policante, 2015; Schmitt, 2014); porque tinha investidores endinheirados, dentre eles a própria rainha, que bancavam suas expedições e nutriam desejo de retorno financeiro (Konstam, 2000). No contexto

⁹ Um dos problemas notórios de falar sobre pirataria é a contínua e dramática mudança de significado que sofreu o termo “pirata”. Atualmente, é comum a distinção entre “*privateer*” ou “corsário”, agente privado que atua sob a autoridade soberana via cartas de corso, e “pirata”, agente privado que atua por interesses privados independente da vontade soberana. Em nosso caso, o problema é que estes termos somente vieram a ganhar esta significação distinta no século XVII em diante. Em grande medida, isto se deve ao fato de que a autoridade do estado, no século XVI, estava longe de ser hegemônica. Logo, a base da distinção entre *privateer* e pirata não poderia fazer sentido. Drake foi pirata assim como Henry Avery, mas o significado do termo em ambos os casos são diferentes. Ver Alfred Rubin *Law of Piracy*.

¹⁰ Em grande medida, os feitos dos navegadores ingleses tornaram-se públicos e notórios por conta das compilações de relatos publicadas por Richard Hacluyt, um notório propagandista protestante favorável à expansão colonial inglesa.

¹¹ Há uma ligeira discordância quanto às datas que marcam o início e o fim da “era de ouro” da pirataria, mas nos parece que delimitar este período é bastante seguro. Ver Marcus Rediker.

histórico em que se inseriam, as empreitadas de Drake eram *bussiness as usual*, ainda que suas segundas-feiras fossem bem menos enfadonhas do que nosso parâmetro atual permite imaginar.

Em segundo lugar, Francis Drake não foi o único de sua estirpe, apesar de ter sido o mais bem sucedido. John Hawkins – com quem Drake começou sua carreira – Walter Raleigh, Thomas Cavendish, entre outros, todos estes compartilhavam das mesmas características; aristocratas, bancados por investidores privados, respeitados pelo que faziam e admirados na corte. O que queremos dizer com isso é que o status da pirataria ao longo do século XVI não deve ser imaginado como uma ilegalidade, e nem mesmo como algo intrinsecamente lícito. Tratava-se de algo que, para os padrões jurídicos atuais, era uma aberração, mas que para seus contemporâneos não poderia ser mais natural. Não dizemos somente porque a palavra “pirata” somente veio a ganhar sua conotação negativa no século seguinte (Rubin, 1988), mas também porque o modo como o universo jurídico-político da renascença era organizado admitia um conjunto de práticas conflituosas que, pelos padrões de hoje, teríamos dificuldade de fazer sentido¹².

Quando nos propusemos falar sobre o imaginário pirático “clássico”, sequer estávamos interessados em analisar relatos verídicos, de homens e mulheres que haviam de fato navegado, pilhado, descoberto e comercializado para além do mundo conhecido na Europa de então. Nosso interesse maior era nos relatos ficcionais produzidos pela imaginação artística e intelectual renascentista. De certo modo, estávamos mais interessados nas histórias fantásticas de Mandeville do que na dureza de Cortez. Por que, então, deveríamos falar sobre as viagens de Francis Drake, um homem que efetivamente – e literalmente – rodou o mundo e relatou sua experiência?

Por pelo menos três motivos; em primeiro lugar, como viemos a perceber no curso de nossa pesquisa, as obras teóricas e ficcionais que nos interessavam dialogavam continuamente com a tradição dos relatos de viagens originais, oriundos das experiências de exploradores para além da Europa. Não seria possível compreender completamente a obra de Daniel Defoe simplesmente analisando sua

¹² Para uma discussão aprofundada sobre o status jurídico da pirataria no século XVI, ver Alfred Rubin (1988), *Law of Piracy*

escrita como se fosse uma ilha de criatividade narrativa em um vácuo. Para dizer a verdade, é possível encontrar a influência dos relatos de viagens por todos os lados, e não somente nos poetas e romancistas da época; juristas, filósofos e ensaístas mantinham relação constante com as imagens maravilhosas e exóticas aludidas pelos viajantes.

Em segundo lugar, porque os relatos dos quais tratamos nesta tese não precisam ser verídicos para terem valor neles mesmos. Parafrazeando Todorov, é porque circularam, porque foram lidos, porque foram discutidos, porque beberam e contribuíram para o imaginário simbólico europeu que os relatos ora em questão se tronam relevantes para nós. Neste contexto, pouco importa se as histórias contadas em *Drake Revived* ou em *World Encompassed* correspondem ou não aos fatos verídicos, se dizem ou não a verdade sobre a viagem do mesmo modo como não nos preocupamos se Caliban era mesmo uma espécie vivente ou fruto da pura imaginação de Shakespeare; os relatos de Drake poderiam muito bem ser peças de ficção, nunca terem ocorrido, serem uma grande mentira mantida bem guardada ao longo de séculos. Seu valor permaneceria o mesmo, assim como as *Histórias de Mandeville*, totalmente fantasiosas, não se tornam, por este motivo, menos relevantes.

Em terceiro lugar, os relatos de Drake apontam para um mundo completamente distinto daquele visto e relatado por Colombo, La Condamine ou Mandeville. Setenta anos após os descobrimentos, o Novo Mundo não era mais tão novo assim. A travessia do Atlântico, ainda que fosse uma viagem difícil e perigosa, não apresentava mais os mesmos mistérios que assombraram os pioneiros navegadores do mar aberto. Como nos lembra Todorov:

“Apesar de toda sua segurança, Colombo não podia ter certeza de que no fim do oceano não havia um abismo, e, conseqüentemente, a queda no vazio. Não podia ter certeza de que a viagem para o oeste não significava um alonga descida – estamos no cume da terra – e que não seria difícil demais subir de novo. Em resumo, não podia ter certeza de que o retorno era possível”.

(Todorov, 2010)

Frente à incerteza sobre se sobrepunha sobre a viagem de Colombo, as explorações de Drake não são tão inovadoras assim. Quando partiu pela primeira vez para o Atlântico como tripulante de John Hawkins, Drake já sabia muito bem

para onde ia, quais eram seus objetivos, quais perigos poderiam encontrar e que poderia, em tese, retornar com segurança. Mesmo a viagem mais notória do pirata inglês, a circunavegação do globo, já havia sido tentada com sucesso por Fernão de Magalhães. A volta ao mundo continuava sendo um feito heroico (Drake fora o segundo a completá-la), mas já era de conhecimento público que tal coisa era possível. Ao contrário da expedição de La Condamine, Drake não estava preocupado em conhecer o Novo Mundo propriamente dito, mas sim em colher inteligência sobre as oportunidades de pilhagem que as terras espanholas poderiam lhe oferecer. Ao contrário de Colombo, que tudo queria ocupar e tomar posse, Drake recusa a estadia prolongada; seu interesse é na mobilidade, na rapidez e na furtividade. Quanto mais depressa colher os seus lucros e retornar à Plymouth, mais depressa poderia retornar para uma nova empreitada. Onde Colombo vê a glória da Igreja Católica, Drake enxerga oportunidades de butim.

Se os relatos de Drake nos revelam algo, não é o fato de ter sido um pirata, nem mesmo a coragem com que impôs derrotas aos inimigos espanhóis, mas sim a forma como Drake vislumbrou o espaço oceânico. Nos relatos que veremos a seguir, *Drake Revived* e *World Encompassed*, Sir Francis Drake torna-se também um paladino da não possessão, mas não do mesmo modo como Mandeville fora. Drake é o paladino da não possessão não porque recusa tomar posse de tudo aquilo que vê, mas porque recusa fixar-se em um só lugar, porque a mobilidade que os oceanos oferecem é mais importante para ele do que a estabilidade da terra.

4.2.1.

Revived!

“As there is a general Vengeance which secretly pursueth the doers of wrong, and sufereth them not to prosper, albeit no man of purpose empeach them: so is there a particular Indignation, engraffed in the bosom of all that are wronged, which ceaseth not seeking, by all means possible, to redress or remedy the wrong received”.

(Drake, 1653)

Drake Revived é, acima de tudo, uma história de aventura. E talvez por isso mesmo tenha sido um relato bem mais popular do que os de suas viagens posteriores, muito mais ambiciosas em escopo e exitosas em lucro. Há uma

simplicidade cativante com a qual a narrativa se desenrola desde a apresentação do motivo da viagem, vingança, até o clímax final no ataque ao comboio de mulas carregadas com prata e a fuga. Por vezes é difícil nos lembrarmos de que os romances de aventura demorariam ainda mais de um século para serem inaugurados pela pena de Daniel Defoe. A narrativa simples e sem maiores explicações, porém, nos revela mais em seu silêncio do que no que diz a plenos pulmões.

Como é de praxe encontrar nos relatos de viagens da época, o texto inicia com uma breve introdução que explicita os motivos da viagem. A vingança é, sem sobra de dúvidas, o elemento mais notável. Mas podemos perceber também o plano de fundo que contextualiza a vendeta de Drake. Não se trata de uma vingança ordinária, mas de uma vingança assimétrica. De um lado, nos diz o relato, está “the mightiest Monarch of all the World!”, de outro apenas um súdito da rainha. Assim como uma luta entre o David e Golias, o texto nos apresenta os dois lados litigantes enfatizando a grandeza espanhola contra os feitos de apenas um homem. Além do mais, acentua-se o fato de a vingança ser, por um lado, de cunho exclusivamente pessoal (as perdas sofridas por Drake em San Juan de Ulúa); e por outro lado, absolutamente pública. Drake quer vingar-se não contra aqueles que lhe causaram o mal¹³, mas contra todo o mundo espanhol sem distinções. A imagem ainda não havia entrado no vocabulário político, mas a batalha entre Behemoth e leviatã rapidamente vem à mente. Drake é uma espécie de herói solitário que batalha contra forças muito maiores do que ele, personificadas na coroa espanhola, mas o espaço no qual Drake poderia ser este herói não era a Europa. Na Europa seria apenas um bandido, estaria seriamente debilitado pela divisão desigual de forças. Mas se no Velho Mundo Drake conhecia muito bem suas limitações, o Novo Mundo certamente apresentava oportunidades.

Queremos sugerir que, para além de ser um aviso de vingança, a introdução de *Drake Revived* é também parte de uma justificativa moral e jurídica sobre as ações tomadas por Drake. Porque por mais atroz que sejam os feitos de um homem, há sempre uma justificativa moral que o defende. Se Drake – e, a bem da verdade,

¹³ Neste caso, Don Martin Henriquez, então vice-rei do México.

boa parte da aristocracia comercial inglesa, huguenotes franceses e protestantes holandeses – decide lançar seus navios contra as fortificações espanholas, roubar os tesouros extraídos com sangue negro e indígena do Novo Mundo, não o faz imaginando cometer uma atrocidade; imagina, pelo contrário, reparar uma injustiça. Para tal fim, mobiliza, além dos canhões, um arsenal simbólico que subverte a narrativa oficial espanhola sobre a legitimidade da conquista. Para *Drake Revived*, não se trata de pilhagem e roubo, como qualquer pirataria, mas da reparação a injúrias sofridas anteriormente, trata-se de uma batalha de um homem contra o Golias espanhol que expande suas garras maléficas pelos quatro cantos do globo para com seu vasto arsenal de riquezas “atazanar todo o mundo”.

Seria bastante razoável imaginar que os malfeitos cometidos contra Drake em *San Juan de Ulúa* o motivassem o suficiente para buscar uma vingança. Mas dificilmente a vingança contra uma ofensa pessoal serviria de justificativa moral suficiente para o ataque que Drake realizou contra povoados, vilarejos e embarcações espanholas que pouco ou nada tinham a ver com os acontecidos anteriores. Se fosse este o caso, Drake poderia muito bem ter realizado seu ataque, conseguido sua vingança – como muitos outros fizeram - mas jamais se gabaria publicamente disto, e tampouco se tornaria herói nacional por estes feitos. A vingança de Drake, por mais que fosse de foro íntimo, dava voz e forma a uma indignação pública banhada em grandes doses de hipocrisia. Aos olhos de Drake e dos cronistas ingleses, a depredação das colônias espanholas justifica-se como uma punição pelas práticas violentas dos conquistadores. Se os espanhóis não pudessem convencer a si próprios e às demais nações europeias da legitimidade de suas ações no Novo Mundo, como poderiam manifestar indignação honesta contra os ataques dos *sea dogs* elizabetanos? Afinal, quando Drake realizou sua viagem, em 1570, a histórias sobre a crueldade espanhola contra os nativos americanos já haviam se tornado lendárias¹⁴.

Drake não estava sozinho nesta tarefa. O contexto no qual suas narrativas foram publicadas estava repleto de debates que alimentavam o cisma ideológico entre

¹⁴ Quantitativamente, Todorov estima que a população indígena nas Américas reduziu de 80 milhões de indivíduos, em 1500, para apenas 10 milhões em 1600. Somente no México, a população indígena desce de 25 milhões às vésperas da conquista para um milhão em 1600. Sobre a “lenda negra”, diz Todorov, “o negrume existia, mesmo que não haja nenhuma lenda”.

católicos e protestantes ao botar em questão a legitimidade dos reclames de posse espanhola com relação às terras descobertas e de seus ocupantes. Ainda em 1523, Motolinia descreve, em sua *História*, a calamidade produzida pelos espanhóis como as dez pragas bíblicas que assolaram o Egito, vendo nelas a providência divina e não a responsabilidade direta dos espanhóis nos milhares de mortes (Todorov, 2010). Las Casas, em sua *Historia de las Indias*, relata em detalhes os massacres cometidos pelos conquistadores contra os nativos, repreendendo não a colonização, mas o uso da violência desmedida (Ibid.). Sepúlveda defendia abertamente o extermínio dos índios, os quais considerava no mesmo nível dos animais (Ibidem). Julgamos não ser necessário aqui fazer uma relação das atrocidades cometidas durante a conquista da América. E não queremos sugerir que ingleses, franceses ou holandeses teriam conduzido os assuntos de forma mais humana. Apenas não tiveram a oportunidade de fazê-lo nas proporções que os espanhóis tiveram. Contudo, as histórias da crueldade dos espanhóis e dos portugueses contra os nativos americanos e negros africanos circulavam amplamente entre aqueles que se opunham à dominação católica na Europa e nas Américas¹⁵.

O que nos interessa é ressaltar que os relatos de navegação que circulavam à época entremeavam-se com os debates religiosos e ideológicos que alimentavam e alimentariam ainda por um século as guerras de religião europeias. Neste contexto, *Drake Revived* é não somente uma história de aventura, e nem somente o relato de uma vingança pessoal de Drake, mas um manifesto ideológico que legitimava violência pirática dos *sea dogs* elizabetanos em face da violência monstruosa cometida pela Espanha durante a colonização¹⁶.

Encontramos ao longo do texto diversos momentos em que a crueldade dos espanhóis é constantemente reafirmada e contrastada pela honra dos ingleses, ou especialmente pela honra de Francis Drake. Descrevendo os *cimaroons* pela

¹⁵ Algumas obras de Las Casas, por exemplo, foram publicadas por Richard Hakluyt, notório propagandista inglês, com o intuito de deslegitimar a colonização espanhola.

¹⁶ A mesma coisa poderá ser dita de seu relato posterior, *World Encompassed*, com ainda mais vigor. Enquanto *Drake Revived* foca mais na narrativa de aventura, o relato da circunavegação de Drake é bem mais longo, detalhado e descreve com mais intensidade os encontros com espanhóis e portugueses. Mas a vilanização dos espanhóis não é somente peculiar às narrativas de Drake. Como podemos observar nas obras de Defoe, em especial *Captain Singleton*, os portugueses são descritos como covardes, traiçoeiros e cruéis de modo que os ingleses aparecem como salvadores dos indefesos nativos.

primeira vez, o relato nos diz que eram “um povo negro que fugira havia 80 anos dos espanhóis, seus mestres, por conta de sua crueldade”¹⁷. A preocupação de Drake pelo bem estar daqueles negros contrasta decisivamente com o fato de ter sido ele mesmo um traficante de escravos. Mas tal fato não parece não ter qualquer relevância para o relato. Um pouco mais adiante, Pedro, um dos escravos negros encontrados em *Nombre de Dios*, aproveita o ataque à cidade para fugir junto com os assaltantes. Pedro avisa ao Capitão que sua vida correria risco tanto com os espanhóis quanto com os *cimaroons* os quais havia traído anteriormente; mas que “no entanto, se o nosso Capitão o protegesse, ele se disporia a aventurar sua vida. Porque que o nome de nosso capitão era precioso e altamente honrado [highly honored] entre eles” (Drake, 1653).

Mas o nome de Drake não era conhecido e apreciado somente entre os *cimaroons*, como também pelos próprios espanhóis. Após o primeiro ataque a *Nombre de Dios* – que termina desastrosamente com o próprio Drake sendo gravemente ferido –, um emissário do governador da cidade é enviado para ter com os assaltantes e descobrir os seus motivos. O emissário explica que ficara feliz ao saber que se tratavam de ingleses, e não franceses, porque “ainda que lhes tomassem o tesouro guardado no local, não usariam da crueldade” (Ibid.) como fariam os franceses; e que somente fora enviado pelo governador porque “honrava a virtude” dos ingleses e que o governador da cidade se dispunha a abastecê-los com quaisquer mantimentos que julgassem necessário. Drake, então, exclama ao orador para que “abra seus olhos!” porque não pretendia partir antes que “ceifar parte da colheita que eles [os espanhóis] tiram da terra” (Ibid. p. 147). Antes de partir, o emissário afirma que “nunca ficara tão honrado em sua vida”, logo depois de ouvir de Drake, em tom de ameaça, que “deveriam se contentar e providenciar as defesas da cidade”.

O nome de Drake era certamente conhecido na região. Não porque fosse, naquele ano de 1570, já um navegador conhecido, mas porque nos dois anos anteriores, como atesta o próprio texto de *Revived*, Drake embarcara em missões de reconhecimento na costa americana. E fora justamente durante estas missões de

¹⁷ Não há qualquer menção no relato ao fato de que a carreira marítima de Drake começara precisamente com o tráfico de escravos negros; e que toda aquela viagem relatada devia-se justamente ao desejo de reparação pelas perdas em uma destas viagens anteriores.

reconhecimento que o Capitão fora informado dos tesouros guardados em *Nombre de Dios*. Um ataque à cidade não era exatamente esperado, mas a possibilidade não era de todo ignorada. De qualquer modo, podemos perceber em todo momento um ansiedade em tentar amainar os atos violentos de Drake contra os espanhóis; após capturar duas fragatas fez à tripulação capturada o “favor de deixá-los todos na costa”. Não há indícios do que foi feito com as fragatas. Mas era costume queimá-las para evitar que fossem utilizadas para fuga ou outro propósito. Mais adiante, mais “cinco ou seis” fragatas foram feitas presas, das quais “apenas duas permaneceram conosco porque estavam bem fornecidas de mantimentos”, e toda a tripulação foi “dispensada”, sem mais informações sobre o que isso poderia significar. Mas o simples fato de ter poupado a vida da tripulação parece abonar o roubo dos dois navios e de seus mantimentos (Ibid. p. 156).

A cada vez que Drake pilha uma embarcação, suas ações são apresentadas como um “crime suave”, e qualquer resquício de misericórdia aparenta um enorme gesto de boa vontade. Com o desaparecimento da violência, resta apenas a aventura. “No dia 17 de outubro”, diz o relato, “tomamos uma barca”, mas não houve resistência, apesar de estarem bem armados, porque “o capitão e sua esposa junto com boa parte da tripulação, havia deixado o barco” (Ibid. p. 161). Três dias depois, mais duas fragatas foram tomadas, “não havendo nada a mais nelas do que balastro” (Ibid. p. 162). A tripulação foi, novamente, posta em um *gandelo* de dispensada. Em outro caso, os prisioneiros feitos por Drake o agradecem por serem libertados “de acordo com as promessas feitas a eles, com grande contentamento; eles reconheceram que nosso capitão fez a eles um favor muito maior os libertando do que fizera dissabor ao tomar seu navio” (Ibid. p. 169). Se o favor da soltura é maior que o dissabor da captura, então Drake só pode ter contribuído para um saldo superavitário de felicidade dos espanhóis capturados. Na duração do relato, muitas outras embarcações são tomadas por Drake, quase todas seguindo o mesmo procedimento.

Mas se a violência de Drake contra os espanhóis parece ser um “crime suave”, como será sua relação com os habitantes nativos? Ora, por um lado, como se pode esperar, nem todos os índios são amistosos aos ingleses. Mas, ao mesmo tempo, a legitimidade de Drake dependia da violência espanhola contra estes mesmos

nativos. Se, por algum motivo, os índios disparam contra os ingleses flechas envenenadas, assim o fizeram a mando dos espanhóis que secretamente os estimulavam; e se agiram com amizade e simpatia, então agiam por vontade própria.

No dia 9 de setembro, “vimos uma canoa, com dois Índios pescando no rio; mas não falamos com eles, para que não fossemos descobertos, nem eles a nós, porque pensavam que fossemos espanhóis”. Se os índios desconfiam de Drake, não poderia ser porque temiam homens brancos armados e desconhecidos, mas porque temiam espanhóis. No mesmo rio, no dia seguinte, foram atacados com flechas por índios “que foram trazidos pelos espanhóis”, mesmo que nenhum espanhol tenha sido visto.

Em outra ocasião, lemos o relato de um encontro amistoso com os índios:

“There we found some indians, Who asking us in friendly sort, in broken Spanish ‘What we would have’? and understanding that we desired fresh victuals in traffic; they took such cattle for us as we needed, with ease and so readily, as if they had a special commandment over them, whereas they would not abide us to come near them. And this also they did willingly, because our Captain, according to his custom, contended them for their pains, with such things as they account greatly of; in such sort that they promissed, we should have there, of them at any time what we would”.

(Ibid. p. 154)

São poucos os encontros de Drake com Índios. O capitão inglês tinha pouco interesse nos nativos americanos e não parece muito disposto a fazer grandes amizades. Se perde tempo para falar um algum deles, é porque espera conseguir mantimentos ou alguma informação sobre os movimentos dos espanhóis. O que Drake buscava era o ouro e a prata somente, não a conquista da terra. Mas esse pequeno trecho não deixa de conter algumas informações contraditórias sobre o encontro destas duas culturas. Por um lado, segundo nos conta do texto, trata-se de um encontro amistoso; os índios são tão prestativos, apesar de não deixarem os ingleses se aproximarem, que parecem sob o efeito de algum comando superior. Mas, se poderia haver qualquer dúvida sobre a boa vontade dos índios, o texto a dissipa rapidamente; os índios moviam-se de acordo com sua própria vontade, e receberam em troca de seus favores alguma coisa que lhes interessasse. Mas não

paramos por aí. A ansiedade em mostrar que os índios eram simpáticos leva-nos seriamente a pensar se o caso não se tratou de um sequestro.

A narrativa não nos permite saber de que modo Francis Drake “aliviou as dores” e “contentou” os índios. Como podemos saber se o contentamento não passou de um erro de interpretação? De que modo os ingleses se comunicavam com os indígenas, em que língua? Como poderíamos saber se a diligência dos índios em arrumar mantimentos para Drake e sua tropa foi sinal de boa vontade ou medo? Do que sabemos, a partir de outros relatos, é que a comunicação, ao contrário do que aparece em *Drake Revived* entre os nativos americanos e europeus era frequentemente uma via de mão única; os europeus entendiam aquilo que desejavam entender da comunicação dos índios, mas agiam como se tivessem toda a certeza do mundo de que sua tradução estava correta (Todorov, 2010). O efeito narrativo de *Drake Revived* parece implicar em um mundo no qual as diferenças linguísticas e culturais dos diferentes povos que ali estavam são transparentes umas às outras. Não há riscos na comunicação, não há falhas de entendimento; e mesmo no momento em que o narrador professa não compreender alguma coisa, imediatamente declara compreender completamente os motivos e os significados alheios. Se os índios fizeram todas as vontades dos ingleses, e se mesmo assim não deixavam que se aproximassem, de que modo isso poderia ser compreendido como um gesto amistoso? Em *Drake Revived*, a disponibilidade amistosa dos nativos para com os ingleses é assumida como verdadeira antes mesmo que o contato aconteça. Porque para Francis Drake, a crueldade dos espanhóis (que era bem verdadeira) imediatamente deve se transformar em simpatia para com as demais nações europeias (o que em certos casos também era verdadeiro), como se para os nativos americanos fizesse diferença ser conquistado e escravizado por um espanhol, francês, holandês ou inglês.

Mas se *Drake Revived* dedica pouca atenção aos nativos americanos, como será a sua relação com o espaço, com a terra e seus frutos? Se nas narrativas de Colombo a terra é sempre descrita como fértil, boa de colheita e o ouro abunda de todas as partes, a narrativa de Drake é muito mais pragmática. Não procura com ela encantar o mundo com as belezas de uma terra desconhecida, não procura documentar o “maravilhamento” divino na terra; pelo contrário, o mundo é um

tanto vazio de coisas. Na realidade, Drake sabe muito sobre os países que visita, mas seu entendimento é outro. Conhece muito bem as rotas comerciais, de onde saem as mercadorias e para onde vão; sabe bem onde buscar mantimentos, e em quais rotas pode ter mais chance de encontrar butim; sabe onde pode aportar para fazer aguada e consertar seus navios, sabe quais cidades são bem armadas e quais podem ser atacadas com facilidade. Fora isso, pouco há o que o interesse em coisas que não dizem respeito às oportunidades de pilhagens.

Comparemos, pois, a narrativa de *Drake Revived* com a de Andre Thevet:

“Uma vez passado esse grande rio da Prata, a que os habitantes chamam de *Paranagaçu*. Para a banda do trópico, vê-se, à mão esquerda, um outro grande rio, longe do rio da Prata cerca de sessenta e três léguas, que os selvagens denominam *Tibiguere*, à entrada do qual se descobrirá uma ilha desabitada, de uma légua de largura e pouco mais que isso de comprimento. Os que vivem em terra firme vão até lá para pescar com maior comodidade, no que levam quatro ou cinco dias, dormindo na ilha com suas mulheres e filhos, desde que perceberam que a pesca ali é boa. ... Os habitantes da região do rio da Prata são de grande e imponente estatura, aproximando-se antes da natureza dos gigantes que da comum proporção dos homens. ... Sua língua é tão difícil que não se consegue transmitir nada a eles senão por sinais, sobretudo porque sua maneira de falar difere inteiramente da maneira de falar dos países próximos, e falam a língua dos patagônios, ou dos que vivem no rio da Prata”.

(Thevet, 2009)

Neste trecho, Thevet descreve a paisagem do local, nos explica a geografia, referencia as posições setentrionais, distâncias, etc. Além disso, informa-nos também dos nomes que os habitantes locais dão aos rios e animais que ali habitam; preocupa-se em contar não só sobre a paisagem, mas também sobre os hábitos e as maneiras de vida dos que ali habitam. Não satisfeito, nos informa sobre as peculiaridades dos habitantes da região do rio da Prata não somente em comparação ao Europeu – como é deveras comum em tantos outros relatos – mas entre eles e outras nações indígenas vizinhas; a linguagem, em lugar de ser transparente e fácil, aos olhos de Thevet se revela complexa e de difícil compreensão.

Os trechos mais inspirados de *Drake Revived*:

“And the fifth Day after (6th July), we had sight of the high land of Santa Marta; but came not near the shore by ten leagues. But thence directed our course, for a place called by us, Port Pheasant; for that our Captain had so named it in his former Voyage, by reason of the great store of those goodly fowls, which He and his

company did then daily kill and feed on, in that place. In this course we had two days calm, yet within six days after we arrived (12th july) at Port Pheasant, which is a fine round bay, of very safe harbour for all winds, lying between two high points, not past half a cable's lenth...

But as we Drew nearer to him, and he discerned the we were not those He looked for; He took his heels, and fled from his houses, which we found to be, Five in number, all full of White rusk, dried bacon, that county cheese (like Holland cheese in fashion, but far more delicate in taste of wich they send into Spain as spetial presents) many sorts of sweetmeats, and conserves; with great store of sugar: being provided to serve the Fleet returning to Spain. With this store of victuals, we loaded our pinnaces; by the shutting of the Day, we were ready to depart. For that we hastened the rather, by reason of an intelligence given us by certain Indian women which we found in the houses."

(Drake, 1653)

Neste longo trecho de descrição, pouco realmente se sabe sobre o lugar em que estão. Tudo o que importa à narrativa é que *Port Pheasant* é um local seguro para aportar, que ali há boa quantidade de mantimentos e segurança contra ventos e inimigos, há profundidade suficiente para os navios entrarem e é fácil de defender. É um lugar agradável, mas não passa de um refúgio temporário. No segundo trecho, lemos a descrição de um pequeno lugarejo habitado, ao que parece à primeira vista, por apenas um espanhol, que foge assim que avista e reconhece os ingleses. Ficamos sabendo, mais uma vez, que o local é bem provido de alimentos, e que é uma parada de reabastecimento da frota de tesouro espanhola. Uma vez saqueado o local, somos informados que há também no local uma índia, quase como se fosse uma mobilha que lá estava empilhada e empoeirando. É com esta índia que conseguem uma informação preciosa a respeito da localização da frota espanhola. Mais uma vez, de que modo esta comunicação aconteceu é um mistério. Tudo é feito e contado rapidamente. Logo em seguida a Drake e companhia partem para outro lugar.

Drake Revived é um texto simples que foca no movimento, nas façanhas individuais de um herói que ali nascia. Mas também é uma peça de propaganda. A legitimidade da viagem de Drake é mantida porque pressupõe – e reafirma - que o leitor está ciente da crueldade espanhola, e por este motivo consegue apresentar Drake não como um criminoso, mas como um aliado dos povos subjugados pelo poderio espanhol. O crime de Drake repara a injustiça não somente dele próprio, mas também de todos aqueles que sofrem nas mãos da Europa católica.

4.3.

World Encompassed

A viagem de circunavegação empreendida com sucesso por Francis Drake foi, sem dúvida, um feito notável para seu tempo. Antes dele, apenas Fernão de Magalhães havia trafegado do oceano Atlântico ao Pacífico circundando o cone sul. Magalhães, porém, morreu antes de retornar à Europa em um combate nas Filipinas. Drake foi o primeiro a completar a volta ao mundo e sobreviver a ela¹⁸.

Muitos navegadores, de várias nacionalidades, tentaram, após Magalhães, repetir sua façanha, mas acabaram impedidos pela impraticabilidade do trajeto. Ventos contrários empurravam as embarcações na direção oposta, o frio cortante da terra do fogo matava rapidamente a tripulação exposta aos elementos, tempestades violentas surgiam repentinamente para a infelicidade dos marujos e a precariedade de condições nos navios, se não abastecidos regularmente, matava a todos de fome e de sede. Mas não havia somente os perigos “reais” impostos pela natureza contra aqueles que desejavam navegar neste curso; havia também uma miríade de lendas, mitos, e temores que aterrorizavam os navegantes e frequentemente os forçava a retornar por onde vieram ao invés de prosseguir viagem. De acordo com Julian Corbett:

“To the real and known difficulties of the navigation, the science of the Day added all the terrors its naive deductions. The *primum mobile* was supposed to set up so violent a westerly current that even if a man passed in it he could never return. So great was the dread the idea inspired that Magellan had been compelled to hang two of his chief officers before he could proceed, and the last attempt to penetrate the passage had been frustrated by open mutiny. For those who had no science, myth and legend provided horrors in plenty”.

(Corbett, 1907)

Para muitos europeus, as viagens marítimas ainda carregavam algo de mítico nelas. Imaginavam que o calor da zona tórrida seria insuportável para a vida, ou mesmo que a viagem ao sul seria como uma “descida” ao passo que o retorno ao norte uma “subida” talvez impossível¹⁹. Francis Fletcher, capelão de Francis Drake e relator de *World Encompassed* descobre, com seus próprios olhos, que os

¹⁸ Drake sobreviveu, mas boa parte de sua tripulação, não.

¹⁹ Jean de Léry

antigos estavam errados sobre suas afirmações a respeito do mundo para além da Europa:

“... for wheras Artistotill, Pythagoras, Thales, and many others, both Greeks and Latins, have taught that *torrida zona* was not habitable for the exceeding heat and intollerable burneing reflexion of the sonn, which suffereth, say they, no radicall moystures to abyde in nature o creatures to live, we proved the same to bee altogeather false, and the same zone to be the earthly Paradise in the world...”.

(Drake, 1854, p. 63)

A constatação de que os antigos estavam errados e de que suas observações acerca da *torrida zona* eram “contrárias à aparência e à experiência, e até mesmo à razão”, não faz com que Fletcher abandone o imaginário mítico. Após constatar o erro, declara que as zonas quentes e “perto do sol” são, ao contrário, o “paraíso no mundo”:

“God gave water from heaven, and provided health for us of body, victualls, and things necessary for the maintenence of naturall lives, and that in the highest degree of good things, as if wee had been in the stoarhouse of His blessings, that princess could have desired”.

(Drake, 1854)

A providência divina faz com que o mar na *torrida zona* seja um lugar habitável e mesmo agradável com “abundância e variedade”. Golfinhos, aves e peixes voadores servem de alimento para o corpo e “maravilhamento” para a alma que observa nestas criaturas a obra divina. Mas uma obra divina que não existe para ela mesma, mas pra servir aos homens, porque pareciam “comandados por Deus para se oferecerem como comida para nós” (Drake, 1854, p.28). Sem a ajuda de Deus, presume-se, a viagem seria impossível. Ao contrário da expedição a *Nombre de Dios*, que era simples e pouco presunçosa, a jornada pretendida desta vez era certamente muito mais perigosa. Não somente porque se tratava de uma expedição mais longa, que adentrava mais profundamente em territórios inimigos, como também porque se dirigiam a águas desconhecidas; e quanto menos se conhece, mais espaço sobra para que a imaginação preencha as lacunas faltantes.

Queremos sugerir que enquanto *Drake Revived* é uma história de aventura e vingança, *World Encompassed* narra uma aventura de descobrimento. Em *Revived*, não há nada de misterioso no mundo e poucas vezes vemos a intervenção divina no relato. De certo modo, é uma obra que enfatiza o engenho pessoal do

Capitão, a arte humana, individual de navegação e a capacidade de Drake infiltrar-se e manipular as cismas entre os *cimaroons* e os espanhóis a seu favor. Deus certamente está presente na narrativa de *Drake Revived*, só que muito mais como espectador do que ventríloquo. Em contraste, em *World Encompassed* o mistério e o “maravilhamento” estão quase sempre presentes. A natureza, que pouco é notada em *Drake Revived*, desta vez se faz presente com força imperativa; Drake não luta contra espanhóis – estes, quando aparecem, são presas fáceis e não impõe resistência – mas contra a natureza que a todo tempo mostra sua face incontrolável. Em *Drake Revived*, os objetivos da viagem são declarados logo de princípio, enquanto que em *World Encompassed*, os objetivos são camuflados pela narrativa. Em ambos os casos, a pirataria é uma presença constante. Porém, se em *Drake Revived* a pirataria se confunde com vingança, em *World Encompassed* ela é um mero detalhe na grande narrativa de descobrimento e aventura.

Por ser uma viagem de descobrimento, e não uma aventura de vingança, *World Encompassed* relata uma faceta diferente, uma forma distinta de encarar o mundo em que viajavam do que a encontrada em *Drake Revived*. Enquanto os temas de fundo permanecem os mesmos, o ódio aos “papistas”, o contínuo – e neste caso ainda mais veemente – apelo à violência e crueldade de portugueses e espanhóis contra os povos nativos para justificar a própria violência, as circunstâncias políticas²⁰ e geográficas engendradas na expedição de circunavegação permitem conhecer melhor o modo como os ingleses compreendiam uma interação que “descobre” outros povos e outros lugares. Desta vez, ao realizar sua expedição, Drake não estava de modo algum reclamando alguma reparação a injustiças anteriores ou coisa parecida. Pelo contrário, julgava estar navegando em novos mares, que por direito de descobrimento, era tão ou mais seus do que de seus conterrâneos católicos.

É importante abrir um parêntese, neste caso, para falar brevemente a respeito do descobrimento e sua relação com a ordenação jurídica da época: “Para a consciência dos séculos XVI a XVIII²¹”, diz Carl Schmitt (2014), “o

²⁰ Segundo Konstan (2000), Drake tinha ordens de tomar posse daquilo que descobrisse.

²¹ Schmitt parece admitir ainda mais uma subdivisão: as discussões entre Francisco de Vitória e Sepúlveda giravam em torno da questão de saber se “as terras dos povos e príncipes não cristãos e

descobrimento era um título jurídico autêntico” que suplantou o direito da Idade Média cristã. Isso significou, por um lado, o fim dos “mandatos papais como títulos jurídicos reconhecidos para tomada de terra do solo de príncipes e povos não cristãos”; e, por outro, o surgimento de todo um arcabouço de “apossamentos simbólicos, como gravar um brasão numa pedra ou içar uma bandeira” que em outros tempos não “poderiam constituir *per se* a base de um título jurídico”, mas que, na ordem do direitos das gentes, sim. De acordo com Schmitt, o *descobrimento*, portanto, não é um “conceito normativista geral e independente da época. Ele permanece vinculado a uma determinada situação histórica” a qual nos referimos como “época dos descobrimentos”.

Assim, “as numerosas ilhas e terras que foram encontradas e talvez até pisadas, no curso de séculos ou mesmo de milênios, por piratas audazes e caçadores de baleias não haviam sido descobertas no sentido de provocar efeitos em termos do direito das gentes”, mas fincar uma cruz em uma praia deserta ou celebrar uma missa sob o sol escaldante do Caribe, no século XVI e XVII, poderia ser legitimamente considerado uma cerimônia de posse com efeitos práticos de acordo com a ordenação jurídica dos descobrimentos. Neste sentido, o relato de *World Encompassed* deve ser entendido não somente como uma narrativa heroica e patriótica de Francis Drake, mas como um documento oficial de celebração de posse.

Tal como em outras narrativas de “descobrimientos”, nas quais o eu lírico europeu se depara com uma realidade que lhe é estranha, o “maravilhamento” aparece como “decisiva experiência emocional e intelectual em presença da diferença radical” (Greenblatt, 1996). Por “maravilhamento”, Greenblatt quer significar um determinado modo de apreensão da realidade no qual o “modelo clássico do

não europeus eram ‘livres’ e sem senhor, e se os povos não europeus se encontravam em nível tão baixo de organização que deveriam se converter em objeto de organização por parte dos povos de nível mais elevado. Esta era a questão que Vitória havia formulado com grande clareza e respondido diversas vezes de forma negativa” (Schmitt, 2014. p. 145). Por outro lado, as elaborações de juristas dos séculos XVII e XVIII, essa não é mais uma questão essencial; seu interesse prático dirige-se à luta entre Estados europeus em torno da tomada de terra no Novo Mundo” (Ibid.). Se para Vitória a questão era saber se era lícito ou não, ou em quais circunstâncias seria lícito, a tomada de posse no Novo Mundo frente aos nativos daquelas terras, para juristas como Grotius e Pufendorf o dilema era conter, ou justificar, os conflitos intra-europeus sobre a posse dos *descobrientos*.

distanciamento experiente e equilibrado pareceu desde logo inadequado e impossível”. No encontro com o desconhecido, no “descobrimento”, portanto, o maravilhamento parece ser uma forma adequada de representar as reações europeias porque se furta em assumir posições definitivas em relação ao objeto observado. Há, neste sentimento, uma certa incompletude, uma indecidibilidade entre a afeição e a repulsa, o amor e o ódio, a contemplação e a tomada. Isso porque o maravilhamento acontece justamente quando uma realidade observada não encontra modo estável de ser representada pela cultura que observa, abrindo espaço para oscilações e ambiguidades: “quando nos maravilhamos”, diz Greenblatt (1996), “não sabemos ainda se amamos ou odiamos o objeto que nos afeta; não sabemos se devemos beijá-lo ou fugir dele”. E acrescentaríamos, não sabemos tampouco se devemos deixá-lo assim como está, ou tomá-lo, conquistá-lo. De todo modo, o maravilhamento deixa espaço tanto para a renúncia quanto para a posse.

Ao contrário da indiferença com a qual *Drake Revived* relata a experiência dos navegadores com o novo mundo, *World Encompassed* está constantemente em uma relação de maravilhamento com aquilo que se apresenta diante dos aventureiros. A começar pela grandiloquência exagerada com a qual nos é apresentado o Capitão Francis Drake, cujos feitos “não somente se comparam aos antigos Argonautas, como também superam aqueles realizados por Magalhães”, e pela despedida ao Velho Mundo que os navegadores deixavam para trás:

“And so wee take our farwell from the antient knowne parts of the world or earth, to travill into the new discovered partes of the world, by the Gracious Providence of God, the God of all the World, Who, hitherto, in His singular mercy and Grace, has preserved us alive to see and behold more and more of his excellent workes, and to declare his Power”.

(Drake, 1854)

A partir deste momento, da despedida das partes conhecidas do mundo, todas as certezas e os conhecimentos acumulados se transfiguram. Os conhecimentos legados pelos antigos e “grandes filósofos” se transmutam em “vãs suposições e conjecturas imaginadas” dando lugar às “aparências e experiências” que contrariam tudo aquilo que se presumia saber sobre a terra. Mas é justamente essa falta de referência que dá asas a imaginação e permite ao narrador estabelecer quaisquer explicações que julga relevante quando se depara com algo que foge ao

seu conhecimento; no contexto do maravilhamento, o completo desconhecimento se transforma rapidamente em um conhecer completo sobre as coisas. A observação da fertilidade das terras na *torrida zona* rapidamente se transforma em uma teoria sobre o crescimento das plantas e a proximidade do sol, ainda que sua observação sobre o efeito do calor na *secura agonizante* do Marrocos o levasse a concluir o contrário; a observação de peixes-voadores zunindo pelo convés do navio estimula uma longa conjectura sobre os diversos perigos que se acometem sobre a vida dos tais animais que, “entre os peixes do mar, minha opinião é que nenhum se compara a este tipo em liberdade da corrupção e natureza escorregadia, em completude e pureza de substância” (Drake, 1854, p.29). Em contrapartida, os golfinhos *bonettes*, que perseguem os peixes-voadores, são “gananciosos” e vis a ponto de dar-lhes, aos marujos, prazer especial em caçá-los para comer.

Mas o maravilhamento é também uma experiência de ambiguidade. Durante a travessia de Cabo Verde até a costa do Brasil, o encontro com o mar aberto é experimentado ambigualmente. Por um lado:

“During which long passage on the vast gulph, where nothing but sea beneath us and aire above us was to be seene, as our eies did behold the wonderfull workes of God in His creatures, which He hath made innumerable both small and great beasts, in the great and wide seas: so did our mouthes taste, and our natures feed on, the goodneses therof in such fulnesse at all times, and in every place, as if He had commanded and enjoyned the most profitable and glorious workes of His hands to waite upon us, not alone for the reliefe of our necessities, but also to give us delight in the contemplation of His excellence, in beholding the veriety and order of His providence, with a particular tast of His fatherly care over us all the while”.

(Drake, 1854, p. 31)

Um parágrafo depois, aquele mesmo sentimento de acalento maravilhoso com as coisas provenientes da vontade divina, que são prontamente mortas, postas na boca e comidas para a satisfação de suas “naturezas”, o mar revela sua outra face não tão apetitosa:

“The truth is, wee often met with adverse winds, unwelcome stormes, and to us (at that time) lesse welcome calmes, and being as it were in the bosome of the burning zone, we felt the effects of sultring heat, not without the affrights of flashing lightnings, and terrifying of often claps of thunder; yet stil with the admixture of many comforts”.

(Ibid.)

Na história de descobrimento de *World Encompassed* somos incansavelmente lembrados da maravilha divina se manifestando em forma de animais exóticos, belezas da natureza, ou perigos provenientes da mesma. Ventos e marés operam por vezes como que por vontade divina, empurrando o navio na certa direção apenas porque convém à providência desfraldar diante dos olhos dos descobridores ingleses mais e mais das maravilhas feitas por deus para a contemplação e admiração dos homens “como se estivessem no jardim dos prazeres”.

Por vezes, a narrativa do maravilhamento compartilha lugar com o lamento de desocupação:

“The mountaines arise with such tops and spires into the sire, and of so rare a height, as they may well be accounted amongst the Wonders of the world. ... But notwithstanding all this, yet the lowe and plaine groundes verie fruitfull, the grasse Greene and natural; the hearbs, that are very strange sorts, good and many; the trees, for the most part of them very Greene; the ayre of the temperature o four cuntry; the water most pleasant; and the soile agreeing to any graine which we have growing in our contrie; a place no doubt, that lacketh nothing but a people to use the same to the Creators glory and the encreasing of the Church. The people inhabiting these parts made fires as we passed by in divers places”.

(Ibid. p. 77)

A fertilidade da natureza se abre ao descobridor em sua plena grandeza; nada há ali que não seja agradável aos olhares, uma terra vazia e plena de recursos sedenta de plantio e ocupação; o clima, o ar, as montanhas, tudo é perfeito como uma maravilha do mundo. E somente ao fim somos informados de que ali, em meio àquela vastidão inabitada e desejante pela sementeira dos grãos europeus, habita um povo “que faz fogueiras em diversos lugares” aos olhos dos desfilantes e imaginativos descobridores. A imagem evocada pela narrativa de uma natureza que se abre a ocupação, que está lá parada esperando para ser descoberta, é o que Luise Pratt (1999) chamou de *anticonquista*²². Os olhos do império que rondava o

²² Por *anticonquista* a autora se refere às estratégias de representação por meio das quais os agentes burgueses europeus procuram assegurar sua inocência ao mesmo tempo em que asseguram a hegemonia europeia” (Pratt, 1999. p. 32). No caso em questão, mais do que assegurar a inocência europeia, a *anticonquista* assegura também a validade jurídica da tomada de terra. Para Grotius, por exemplo, os territórios não ocupados pertencem a quem deles se apoderar, “mas não se deve considerar possuído o que não é cultivado” (Grotius, 2005. p. 334), e nem mesmo deve-se considerar apropriável aquilo que não possui limites, sejam estes limites naturais (como o mar, por exemplo, que não possui limites) ou artificiais, como as cercas que dividem propriedades. Diz o jurista: “é que a ocupação só tem lugar em matéria de coisas limitadas. Por isso, Tucídides chama ‘sem limites’ uma terra deserta e Isócrates fala de uma região que havia sido ocupada pelos

mundo em embarcações sofisticadas viam nas terras apenas o chamado inocente à tomada. Aqueles que ali habitavam sequer tinham o direito de figurar na representação do cenário como seres humanos; são retratados somente como uma pequena parte da paisagem sem rosto que acena impotente com fogueiras aqui e acolá.

Mas seria injusto dizer que *World Encompassed* versa apenas sobre as maravilhas gloriosas de deus e da natureza que se mostravam aos aventureiros; sobre terras desamparadas sedentas por ocupação e que omite integralmente a subjetividade dos povos locais. Parte importante dela diz respeito à descrição dos contatos que a expedição realizou com a população nativa das Américas. Nestes casos, o contato com o “novo” é também expresso pelo sentimento de maravilhamento, ainda que tenha sido sempre mediado pela relação anterior que portugueses e espanhóis mantiveram com os mesmos. Vejamos como a narrativa representa o encontro com os gigantes da patagônia:

“Presently upon his landing he was visited by two of the inhabitants of the place, whom Magellane named Patagous, or rather Pentagours, from the huge stature, and strength proportionable. These, as they seemed greatly rejoyce at his arrivall, so did they shew themselves very familiar, receiving a tour Generals hands whatsoever he gave them”.

(Ibid.)

Os primeiros encontros com os nativos da patagônia foram aparentemente amistosos. Em alguns casos os habitantes se mostravam mais dispostos ao contato, em outros menos. Cada qual à sua maneira, os nativos pareciam, aos olhos dos ingleses, recebê-los com toda boa vontade e presteza, ainda que seus costumes fossem frequentemente interpretados como adoração ao demônio. Os habitantes daquela região mostravam-se “não somente inofensivos como também bem diligentes em oferecer” aos viajantes coisas “boas e prazerosas”. Porém, em certa ocasião, decididos em compartilhar sua cultura superior com os patagônios, um dos tripulantes (John Winter) decide mostrar a superioridade dos arcos europeus atirando flechas ao dobro da distância do que aquela conseguida pelos grandes e fortes gigantes da patagônia. Um incidente se segue; a corda do arco de John Winter se rompe; e, em uma rápida sucessão de fatos, um dos patagônios – julgando, segundo o relato, que as armas dos ingleses não mais serviam para sua

atenienses: ‘Este território que foi limitado por nós...’” (Grotius, 2005. p. 316).

defesa – decide atacar “traíçoeiramente”. Em poucos instantes, o candente clima de amizade e admiração estabelecido se transforma em violência. Sem compreender muito bem o que havia ocorrido, os ingleses revidam e, após fazer alguns feridos, batem em retirada. Após o desastroso intercâmbio cultural, Fletcher nos oferece uma explicação:

“Magellane was not altogether deceived in naming them Giants, for they generally differ from the common sort of men, both in stature, bigned, and strength of body, as also, in the hideousnesse of their voice; but yet they are nothing so monstrous or giantlike as they were reported ... But this is certain, that the Spanish cruelties there used, have made them more monstrous in minde and manners, then they are in body, and more inhospitable to deale with any strangers that shall come hereafter”.

(Ibid. p. 61)

Em primeiro lugar, há aqui uma constatação de um erro; os gigantes, apesar de serem efetivamente altos e fortes, não são “tão monstruosos” e “gigantescos” como fora reportado por Magalhães. “Alguns ingleses”, somos lembrados, “são tão altos quanto os mais altos” (Ibid. p. 60) deles. Mas tal constatação, de que os gigantes não eram gigantes, não impede que Fletcher continuamente se maravilhe com o gigantismo dos não-tão-gigantes-assim. Em segundo lugar, se seus corpos não-tão-gigantes-assim não chegavam a ser “monstruosos”, suas “mentes e costumes” certamente eram. Se os patagônios agora se mostravam maus anfitriões e traíçoeiros, tal inospitalidade deveria ser atribuída à crueldade dos espanhóis, e não à natureza original dos índios. Mas qual seria essa natureza primitiva que fora desgraçada e decaída pela tirania espanhola? Em um contato intercultural posterior – o qual, inclusive, sucede imediatamente um banho de sangue – um índio encontrado pescando em sua canoa é trazido a bordo do navio:

“... in their returne to us, they descried within the bay an Indian with his canow, as he was fishing. ... He seemed verie gentle, of mild and humble nature, being verie tractable to learne the use of every thing, and most gratefull for such things as our general bestowed upon him. *In him we might see a most lively patterne of the harmless disposition of that people*, and how grievous a thing it is that they should by any measures be so abused as all those are, whom de Spaniards have any command or Power over”.

(Ibid. p. 100)

Aprendemos que a disposição natural dos índios é humilde e agradecida, amplamente disposta a receber a cultura dos ingleses prontamente. A disposição natural do índio trazido a bordo não parece ter qualquer coisa em comum com o

fato de ter sido levado, provavelmente contra sua vontade, a um ambiente no qual se encontrava totalmente à mercê da benevolência dos marujos; qual outra possibilidade restaria àquele sujeito além de ser tratável e humilde? O que poderia fazer naquela situação de encontro desigual? De que modo poderia expressar sua cultura no convés de um navio desconhecido cercado por gente francamente hostil e armada? A natureza tratável e amistosa do índio nada mais é do que um convite à dominação benevolente. Desprovido de qualquer meio de defender a si próprio, o nativo americano revela sua essência verdadeira; ele está pronto e ávido para receber de braços abertos a cultura europeia.

Mas suponhamos que a narrativa de *World Encompassed* seja honesta consigo mesma, que considere a bondade dos índios um traço de sua personalidade mais íntima; e que a hostilidade apresentada em diversas ocasiões seja nada mais do que a influência pecaminosa dos “papistas” portugueses e espanhóis sobre a alma pura dos nativos. Poderiam os ingleses, igualmente perseguidos pela Europa católica, excomungados da igreja pelo papa, compreender com mais compaixão a diferença do outro? Será que o espectro das relações violentas empreendidas pelos portugueses e espanhóis contra os índios permitiria aos ingleses reconhecer nos povos americanos algo de diferente? Poderiam, ao inverso do que fizeram os demais “descobridores”, conceber naqueles “descobertos” algo mais do que uma curiosidade maravilhosa?

Cortez foi, segundo Todorov, entre os espanhóis, quem melhor compreendeu os índios. “E, contudo, essa compreensão superior não impede os conquistadores de destruir a civilização e a sociedade mexicanas; muito pelo contrário, tem-se a impressão de que é justamente graças a ela que a destruição se torna possível” (Todorov, 2010). Las Casas amou os índios, mas amava-os porque os via como cristãos naturais, bem como a narrativa de Francis Fletcher. O amor de Las Casas não impediu a colonização; apenas defendeu que fosse levada a cabo de forma mais cristã, por padres em lugar de soldados. Toda a sofisticada tecnologia de representação empunhada pelos conquistadores resultou não somente em um dos maiores massacres da história como também falhou miseravelmente na tentativa de compreender a diferença sem colapsá-la em igualdade hierárquica.

Para os ingleses da expedição de Drake, o encontro, a tradução e a representação dos índios é sempre mediada pelas representações que estes mesmos ingleses receberam de viajantes anteriores, espanhóis ou não. Conseqüentemente, aquilo que veem e representam está sempre posto em relação ao que já havia sido relatado e representado anteriormente. Os gigantes da patagônia são gigantes não por causa de sua estatura elevada – que, como já vimos, não é verdade – mas porque Magalhães os havia representado assim desde antes; a reação dos nativos americanos à presença europeia ganha significado apenas quando colocada sobre o plano de fundo da conquista:

“In the reports of Magallenes Voyage, it is Said that this people pray to no maner of things, but live only according to the instinct of nature: which IF it were true, there should sceme to be a wonderfull alteration in them, since that time, being fallen from a simple and naturall creature to make Gods of Devills (36). ... The inhabitants are such Indians, as by the cruell and most extreame dealing of the Spaniards have beene driven to flie from the maine here (97) ... The cause of this force and injurie by these Ilanders, was no other but the deadly hatred which the beare against their cruell enemies the Spaniards, for the bloody and most tyrannous oppression which they had used towards them”.

(Drake, 1854, p. 99)

Não é preciso empilhar citações em cima de citações para mostrar este ponto. Mas a expedição eventualmente atinge um ponto da costa pacífica (muito provavelmente onde hoje é a Califórnia) no qual a presença espanhola ainda não havia sido feita presente. Naquele momento, a narrativa pode se orgulhar de descobrir algo efetivamente, porque até então a jornada de descobrimento não descobrira nada além do que já houvera sido descoberto antes. No encontro com os índios que se seguiu naquele lugar livre da presença católica, como o contato entre as culturas foi representado? Poderia a comunicação ter acontecido de forma mais plena? A resposta é não. A ausência do referencial espanhol fez com que a expedição de circunavegação de Drake se transformasse em uma ação de tomada de terra repleta de maravilamentos e dificuldades de compreensão.

A chegada de Drake à “Nova Albion” é uma experiência ambígua; por um lado, os habitantes dali receberam os ingleses com cerimônias “longas e tediosas” que faziam uso de “muitos gestos e cantos” absolutamente incompreensíveis aos “descobridores”. As cerimônias pareciam ser espetáculos bizarros de autoimolação que causavam espanto e repúdio:

“As soone as they were returned to their houses, they began amongst themselves a kind of most lamentable weeping and crying out ... the women especially extending their voices in a most miserable and doleful manner of shreeking. ... as if they had beene desperate, used unnatural violence against themselves, crying and shrieking piteously, tearing their flesh with their nailes from their cheekes in a monstrous manner, the blood streaming downe along their breasts. ... We groaned in spirit to see the power of Sathan so farre prevaile in seducing these so harmlesse soules, and laboured by all meanes, both by shewing our great dislyke, and when that served not, by violent withholding of their hands from that madness”.

(Ibid. p. 130)

Por outro lado, os nativos pareciam se deliciar com as cerimônias realizadas pelos ingleses, como se as barreiras de linguagem e cultura que separavam os dois povos ora em contato existissem somente para um lado:

“In the time of which prayers, singing of Psalmes, and reading of certaine Chapters in the Bible, they sate very attentively: and observing the end at every pause, with one voice still cried, Oh, greatly rejoycing in our exercices. Yea they tooke such pleasure in our singing of Psalmes, that whensoever they resorted to us, their first request was commonlt thys, Gnaáh, by which they intreated the we would sing”.

(Ibid.)

Mas se os rituais “longos e tediosos” encenados pelos indígenas eram, em certos momentos, loucuras inspiradas pelo poder de “*Sathan*”, em outros pareciam dizer cristalinamente outra coisa:

“After that they satisfied, or rather tired themselves in this manner, they made signes to our Generall to have him sit down; unto whom both the king and divers others made severall orations, or rather, indeed, *if wee had understood* them, suplications, that hee would take the Province and kingdome into his hand, and become their king and patron; making signes that they would resigne unto him their right and title in the whole land, and become his vassals in themselves and their posterities. ... Wherefore, in the name and to the use of her most excelent majesty, he [Drake] tooke the scepter, crowne, and dignity of the sayd countrie into his hand; wising nothing more than that it had layen so fitly for her majesty to enjoy, as it was now her propor owne, and that the riches and treasures thereof (wherewith in the upland contrie it abounds) might with as great conveniency be transported, to the enriching of her kingdoe here at home, as it is in plenty to be attained here”.

(Ibid.)

Desta vez, cantos e danças foram realizados para consagrar a tomada de terra segundo o próprio vocabulário jurídico que prevalecia à época²³: os nativos se

²³ Pufendorf (2007), por exemplo, reconhece dois modos de adquirir propriedade: os originais e os derivativos: “o Método Original de adquirir propriedade de muitas coisas é apenas *primeira tomada de Posse*, ou a primeira Ocupação. Desse modo adquirem-se Direitos a Regiões desoladas, que Homem algum jamais reivindicou, as quais se tornam de quem nelas *entra primeiro* com uma Intenção de torná-las suas, contanto que ele as cultive e determine *Limites* de até onde se propor a

tornariam vassallos e renunciariam aos seus títulos e direitos sobre toda a terra e as riquezas nelas contidas. Parece bastante evidente que esta representação da cerimônia encenada aos ingleses não foi feita para ser lida pelos índios americanos (até porque não há qualquer tentativa de fazê-lo de modo a serem compreendidos pelos indígenas), mas pelos próprios europeus. Não se trata de uma representação fiel do que acontecera – afinal de contas, o próprio relato admite que não poderia compreender o que a cerimônia significava -, mas de um documento jurídico de posse destinado a ser lido e validado pelos pares do Velho Mundo. Trata-se, efetivamente, de uma cerimônia de “renúncia e recebimento do reino” que acabara de ser executada deixando tão pouca escolha aos nativos quanto os *requerimientos*²⁴ espanhóis deixavam. Após ter tomado posse da terra em nome da rainha, Drake decide partir. Não havia nada mais o que fazer naquelas terras.

Mas onde podemos encontrar a pirataria nos relatos das viagens de Drake? A resposta? Entrincheirados sob as reivindicações de legitimidade para o uso de violência, ou, em poucas oportunidades, sugerida quase que despercebidamente em pequenos comentários laterais. A jornada não tivera como principal objetivo contornar heroicamente o estreito de Magalhães, nem mesmo tomar posse de terras do outro lado do continente americano que de tão distantes pouca serventia ofereciam: seu principal objetivo era o de assaltar os portos embarcações lotados de prata e ouro provenientes das minas do Peru. E de que modo esta pirataria aparece nos relatos?

Na cidade de *Valperizo*, um navio foi encontrado com certas quantias de ouro e outras mercadorias de menor valor. Diz o relato que “nós passamos algum tempo

ocupá-las”. Há outros diversos modos de adquirir propriedade derivativa. No caso, trata-se de doação.

²⁴ O *Requerimiento* era uma obra jurídica que deveria ser lida aos índios. Para Todorov, trata-se de um “exemplo curioso” de uma tentativa de fundamentar legalmente as conquistas, ainda que tudo não passasse de uma encenação. Diz o autor que: “começam com uma breve história da humanidade, cujo ponto culminante é o aparecimento de Jesus Cristo, declarado ‘chefe da linhagem humana’, espécie de soberano supremo, que tem o universo inteiro sobre sua jurisdição. Estabelecido este ponto de partida, as coisas se encadeiam naturalmente: Jesus transmitiu seu poder a São Pedro, e este aos papas que o sucederam; um dos últimos papas doou o continente americano aos espanhóis (e parte aos portugueses). Colocadas as razões jurídicas da dominação espanhola, é necessário certificar-se de uma única coisa: que os índios serão informados da situação [...] Se os índios ficarem convencidos após esta leitura, não se tem o direito de fazê-los escravos. Se, contudo, não aceitarem essa interpretação de sua própria história, serão severamente punidos” (Todorov, 2010. p. 213).

nos refrescando e aliviando o tal navio de tão pesado fardo” (Ibid. p. 102). Mais tarde, em um lugar chamado *Tarapaca*, um espanhol foi encontrado dormindo ao lado de 13 barras de prata, e, para não ter de se preocupar mais com a sua função de guarda, dispensaram o espanhol para dormir em outro lugar (Ibid. p. 105). Logo após, mais um butim:

“we met a spaniard with na indian boy, driving 8 lambes or Peruvian sheepe: each sheepe bere two leathren bagges, and in each bagge was 50 pound waight of refined silver, in the whole 800 waight: we could not endure to see a gentleman Spaniard turned Carrier so, and therefore without intreaty we offered our service and became drovers, onely his directions were not so perfect that we could keep that way which hee intended”.

(Ibid.)

Porto após porto, Drake segue seu caminho pela costa pacífica da América aliviando o fardo, ajudando cavalheiros espanhóis a transportar sua carga, e dividindo o peso da prata e do ouro de embarcações espanholas para que pudessem navegar mais leves e melhor. Apesar da ironia, não há nenhum pudor aqui em relatar a pilhagem da costa pacífica; não vemos qualquer tentativa de justificar os atos como reparações justas ou coisa parecida. A única defesa de *World Encompassed* é o leve humor com o qual representa o roubo das riquezas espanholas, por sua vez roubadas das Américas. Se a conquista, a colonização e os descobrimentos custaram caro à Espanha; os Ingleses, como bons vizinhos, queriam apenas participar e compartilhar desse fardo pesaroso.

As narrativas de *Drake Revived* (1626) e *World Encompassed* (1628) foram publicadas quase simultaneamente trinta anos após a morte do navegador inglês. Os relatos, contudo, apresentam visões diametralmente opostas sobre suas andanças no mar. Enquanto *Revived* trata de uma história de vingança pessoal, dos feitos heroicos de um navegador que sozinho fez frente à poderosa Espanha, *World Encompassed* por sua vez nos apresenta uma história de descobrimento. Enquanto *Revived* fora uma peça de propaganda incrustada em uma guerra ideológica entre católicos e protestantes, *World Encompassed* fora um documento jurídico de tomada de terra cujas pretensões não eram muito diferentes daquelas dos espanhóis.

Cada qual nos revela uma face diferente do que fora a exploração marítima do Atlântico entre os séculos XVI e XVII. O Francis Drake de *Revived* fora um

paladino da não-possessão: seu grande mérito fora o de expor a fraqueza do sedentarismo espanhol nas Américas, sua grande virtude a de mover-se ligeiramente por debaixo das penas do grande Golias. O Francis Drake de *World Encompassed* queria apenas juntar-se à família dos conquistadores e descobridores europeus que, antes dele, haviam feito história.